



GOVERNO CONCLUI LICITAÇÃO PARA CONTRATAR SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA



O Governo do Distrito Federal divulgou no Diário Oficial o resultado da licitação para contratação de empresas prestadoras de serviço de vigilância para a Secretaria de Saúde.

Quatro empresas se sagraram vencedoras dos nove lotes do certame.

O GDF licitou 1.334 postos de trabalho dos órgãos da Secretaria de Saúde. Com um adendo, por se tratar de sistema de registro de preços, a secretaria poderá contratar até o limite de postos especificado na ata. O deputado e diretor da CNTV, Chico Vigilante comemora o resultado da licitação. Ele conta que foi uma árdua batalha contra inimigos da categoria dos vigilantes que tentaram de todas as formas que a licitação não acontecesse. “Nós vencemos essa batalha. Com persistência, coragem, determinação e, acima

de tudo, sempre dizendo a verdade”, vibra o deputado.

De acordo com o GDF, o processo licitatório foi bastante rígido e as empresas vencedoras, além de apresentarem o menor preço pelos lotes, tiveram que comprovar capacidade técnica para a execução dos serviços.

Na prática, essa cláusula estabelece que, em caso de alguma empresa perder um local e, hipoteticamente, ter ganho em outro lote, obrigatoriamente, terá que aproveitar os vigilantes. “É isso o que determina a lei. E é assim que vamos proceder pois temos a lei do nosso lado”, disse.

Ao todo, o pregão foi dividido em dezesseis lotes distribuídos por 65 órgãos do GDF. Somente a Secretaria de Saúde ficou com nove lotes. Os outros sete lotes são geridos pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão e se destinam a atender mais 64 órgãos do governo. No início do mês, o GDF havia divulgado as empresas vencedoras dos sete primeiros lotes da licitação referentes à Seplag.

No total, com os dezesseis lotes finalizados, o GDF espera uma economia de R\$ 50 milhões por ano na comparação com os valores estimados no edital.

Fonte: Chico vigilante

Criminosos invadem Prefeitura de Itaperuna, RJ, e arrombam caixa eletrônico



Local será periciado pela Polícia Civil (Foto: Divulgação/Prefeitura de Itaperuna)

Dois homens encapuzados invadiram a Prefeitura de Itaperuna, no Noroeste Fluminense, e arrombaram um caixa eletrônico do local na madrugada de sexta-

feira (18).

Segundo a Polícia Militar, os criminosos amarraram o vigilante da instituição e roubaram o celular dele.

Ainda de acordo com a PM, o vigilante não soube precisar se alguma quantia em dinheiro foi levada do caixa.

O local será periciado pela Polícia Civil e as câmeras de monitoramento da Prefeitura serão analisadas. O caso está sendo investigado pela 143ª Delegacia Legal de Itaperuna.

O G1 aguarda um posicionamento da Prefeitura sobre o crime.

Fonte: G1

Grupo suspeito de explodir carro-forte na PE-365 é preso em Serra Talhada

Cinco homens suspeitos de explodir um carro-forte na PE-365 foram presos no domingo (20) em Serra Talhada, Sertão de Pernambuco. O crime ocorreu na sexta-feira (18) em Santa Cruz da Baixa Verde.

A ocorrência será detalhada em uma coletiva de imprensa na tarde desta segunda-feira (21) no Recife, conforme informou a Polícia Militar.

Entenda o caso

Um carro-forte foi assaltado no início da tarde da sexta (18) na PE-365. De acordo com a Polícia Militar, mais de dez homens em duas caminhonetes trocaram tiros com a PM e explodiram o cofre. Um dos criminosos foi baleado e morreu.

Ainda segundo a PM, a ação criminosa aconteceu próximo ao distrito de Jatúca.

Fonte: G1

Corte no salário mínimo aumenta fome de 45 milhões de brasileiros



A mesa do trabalhador de baixa renda ficará mais vazia com o anúncio de redução de R\$10 do salário mínimo, feito pela equipe econômica do governo golpista de Michel Temer na última quarta-feira (16). Atualmente, praticamente todos os trabalhadores que ganham renda mensal de um salário mínimo utilizam a verba com pagamento de aluguel, transporte e alimentação, além de, esporadicamente, gastarem também com saúde. Entretanto, dessa lista, o único gasto que pode ser reduzido é com a alimentação. O que depende de colocar menos comida no prato.

Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2011, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que a população de baixa renda consome basicamente arroz

e feijão, já que são alimentos que rendem e, financeiramente, são mais viáveis, fazendo valer o custo x benefício. Nos dias de hoje, o preço médio de um pacote de arroz de 5Kg é de R\$10, justamente o valor que o governo golpista Michel Temer pretende descontar do salário mínimo.

“Não tem perdão. Temer esfolia a carne do povo brasileiro, principalmente o de baixa renda. Não importa se o brasileiro vai ter que comer menos. O importante, na lógica dessa política desumana, é quitar o débito com os patrocinadores do golpe, ou seja, os empresários, os banqueiros, os ruralistas”, afirma o presidente da CUT Brasília, Rodrigo Britto.

Na contramão do argumento que tenta justificar o assalto feito aos trabalhadores, que

é tampar o buraco nas contas públicas, Temer vem sendo bondoso com os aliados e não hesita em distribuir valores estratosféricos do dinheiro público.

Em 90 dias, o golpista perdoou a dívida de aproximadamente R\$ 30 bilhões do Bradesco, Itaú e Santander. O Itaú acumulava R\$ 25 bilhões de dívidas com a Receita Federal do processo de aquisição do Unibanco. Santander e Itaú tiveram suas dívidas perdoadas no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Já no caso do Bradesco, Temer, usou a Ativos, empresa controlada pela Banco do Brasil, uma empresa pública, para comprar a dívida de R\$ 4 bilhões em carteiras de crédito vencidas do banco privado.

O setor ruralista também comemora as benesses do golpista Michel Temer. A bagatela de R\$ 10 bilhões, fruto do perdão dos juros da dívida da contribuição social do empregador rural, foi destinada ao setor.

Bilhões também foram reservados para a compra de votos de parlamentares. Para se safar da investigação por corrupção e angariar apoio aos seus projetos, Temer investiu R\$ 17 bilhões apenas em emendas parlamentares e verbas destinadas para governos e prefeituras. Até o ex-deputado Eduardo Cunha, que está na cadeia, foi beneficiado: três emendas suas somaram R\$ 1.671,5 milhão.

A cifra das concessões de Temer a seus comparsas está bem além do que a equipe econômica do golpista projeta com a diminuição do salário mínimo: uma economia de R\$ 3 bilhões ao governo no ano que vem. A matemática clara mostra que o discurso de “sacrifício” evocado pelo golpista para ajustar as contas tem endereço certo.

“O contingenciamento dos gastos do governo golpista só é aplicado quando diz respeito aos direitos do povo: direitos trabalhistas, educação, saúde pública e,

agora, o próprio salário mínimo. Para bancos, empresariado e aliados, os benefícios não cessam”, afirma o secretário geral da CUT Brasília, Rodrigo Rodrigues.

Conquista desmantelada

Com a pressão da CUT e outras centrais sindicais, o salário mínimo passou a ter uma política anual de valorização, desde 2004. Em 2015, o reajuste no mínimo foi de 15% e, em 2006, 16%. Um acordo entre as centrais e o então governo Lula estabeleceu que o reajuste do salário mínimo seria feito levando em consideração a inflação do ano anterior mais o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) do ano retrasado. Esse cálculo passou a ser adotado em 2008 e virou lei em 2011. A lei foi responsável por beneficiar os 45 milhões de brasileiros que têm como renda o salário mínimo, além de colaborar para que o Brasil saísse do mapa da miséria, para onde voltou após o golpe.

Em 2015, a presidenta Dilma Rousseff decidiu prorrogar essa política de valorização até 2019, com possibilidade de prorrogação até 2023.

“Essa foi uma política de maior êxito do governo Lula no aumento da renda dos trabalhadores de forma geral, em especial aqueles que não estão organizados e representados por sindicatos. Não podemos deixar que nossa conquista seja desmantelada por golpistas. Vamos resistir!”, avisa Rodrigo Rodrigues.

Atualmente o salário mínimo é de R\$ 937. A previsão era de que, no ano que vem, ele passasse a valer R\$ 979. Com o corte de Temer, o salário de milhares de brasileiros será de R\$ 969.

Fonte: CUT Brasília

Dispensa Maternidade: Legislação brasileira prejudica situação trabalhista de mães

As histórias das dez mulheres ouvidas pelo Brasil de Fato que foram demitidas após voltarem da licença-maternidade refletem a triste realidade exposta em uma pesquisa da Faculdade Getúlio Vargas, de que metade das brasileiras passa por essa situação. No entanto, as demissões de mulheres-mães nesse contexto, não ferem a atual legislação brasileira. A advogada trabalhista Mariana Serrano, co-fundadora da Rede Feminista de Juristas, explica que atualmente as mães têm direito à licença-maternidade pelo período de quatro meses e estabilidade no emprego desde o dia da descoberta da gestação até o quinto mês depois do parto.

Geralmente, as gestantes optam por juntar o tempo da licença com os 30 dias de férias. Por isso, as mulheres acabam sendo demitidas assim que retornam ao serviço.

De acordo com dados do Tribunal Superior do Trabalho obtidos pela reportagem, entre janeiro e maio deste ano, a Justiça do Trabalho recebeu 9.601 casos que tratam da indenização da gestante ou pedido de reintegração no cargo, apesar de a classificação do órgão não deixar claro se todas as ações estão ligadas à demissão durante a licença-maternidade. Uma das mães entrevistadas pela reportagem, a advogada Graziella Branda, foi demitida três dias após voltar da licença. Ela conta que a pessoa que a substituiu foi contratada na semana seguinte de seu parto. Segundo a advogada, a judicialização de casos como o seu é bastante comum.

“Meu marido é juiz do trabalho, ele julga isso todo dia. Todo dia tem ação de grávida dispensada

durante a licença. Me pagaram tudo direitinho mas, para eles, o que importa é a produtividade. Então no momento que, mesmo grávida, você precisa se ausentar pro médico porque está passando mal, por uma consulta, ou, no meu caso, que eu tive esse problema do sangramento, eu já não era mais útil”, relembrou.

Em muitos casos, os patrões tornam o ambiente de trabalho ruim, para forçar um pedido de demissão. A demissão de mulheres que acabaram de se tornar mães é um assunto pouco questionado no Brasil. Com o desmonte de direitos imposto pelo governo de Michel Temer (PMDB), a situação trabalhista das grávidas e recém-mães no país pode sofrer um grande retrocesso.

A Reforma Trabalhista, por exemplo, sancionada no dia 13 de julho deste ano, voltou a permitir a atuação de grávidas e lactantes em locais insalubres. Para a advogada, a triste estatística exposta na pesquisa da Fundação Getúlio Vargas poderia ser mudada com um aumento do período de estabilidade. Outra medida essencial para o fim dessa discriminação, seria reconhecer a importância da licença-paternidade, aumentando sua duração.

“Eu adoro pegar o exemplo da Alemanha, que a mulher tem até um ano de estabilidade que ela pode ficar afastada do trabalho recebendo remuneração e o homem também pode ficar afastado por igual período. Isso mostra uma efetividade maior, mostra que a sociedade entende que o trabalho de cuidado é de ambas as pessoas que estão constituindo a família.

Fonte: Brasil de Fato

Empregados da Caixa realizam atos em defesa do banco

Os trabalhadores da Caixa Econômica Federal de todo o país vão realizar, a partir da próxima quarta-feira, atos semanais em defesa do banco 100% Público e por melhores condições de trabalho. O objetivo destas manifestações é alertar a população sobre o processo de desmonte da empresa. Durante negociação, ocorrida nesta terça-feira (15), representantes do banco anunciaram que 100 agências estão sendo reavaliadas e poderão ser fechadas ou fundidas com outras unidades, dependendo do seu desempenho, principalmente o financeiro.

“Nos posicionamos contrários ao fechamento de unidades e reforçamos que a Caixa é um banco que deve manter sua presença em todo o país, que isso faz parte de sua função social. Vamos alertar os brasileiros de que o banco público, responsável por cerca de 70% do crédito imobiliário e por programas sociais fundamentais para o país, está sendo desmontado por este governo”, destaca Dionísio Reis, coordenador da Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa).

A orientação, aprovada em reunião de planejamento da CEE, realizada nesta quarta-feira (16), na sede da Fenae em Brasília, é que sindicatos e federações promovam atos públicos nas unidades, reuniões nos locais de trabalho, audiências públicas, entres outras iniciativas, para chamar atenção da sociedade para a política do governo que visa o enxugamento da Caixa e a redução do seu papel social.

A ampliação das ações em defesa da Caixa, envolvendo os mais diversos segmentos sociais como prefeituras, câmaras de vereadores, associações de bairro, dentre outros, foi uma das deliberações do 33º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa Econômica Federal (Conecef), realizado em São Paulo, 29 de junho a 2 de julho deste ano.

“A política de desmonte adotada pelo governo é um problema que não afeta somente os trabalhadores da Caixa, mas todos os brasileiros. Em mais de 150 anos de existência o banco financiou a habitação, obras de infraestrutura, projetos de geração de renda, políticas sociais, além de crédito com juros mais baixos. Não podemos aceitar que o governo restrinja a atuação da empresa privilegiando interesses privados”, reforça o presidente da Fenae, Jair Pedro Ferreira.

Conforme orientação da CEE, os atos deverão ser realizados todas quartas-feiras – a partir do dia 23 de agosto- até a próxima negociação para pressionar a Caixa a rever medidas que precarizam as condições de trabalho e o atendimento à população, como fechamento de agências, reestruturação, verticalização e a ampliação do programa Gestão de Desempenho de Pessoas (GDP).

Fonte: **Contraf-CUT**

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Leidiane Souza
Diagramação: Leidiane Souza

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF